**PROGRESSOS E RETROCESSOS NO CONCEITO DE INFÂNCIA: A CONSTITUIÇÃO DA CRIANÇA COMO UM SER DE DIREITOS**

**1Ligia Maria Bacelar Schuck Vicenzi**

**2 Ivana Borges de Jesus Rocha**

**3 Márcia de Oliveira**

A construção deste estudo pauta-se no seguinte problema de pesquisa: Como é visto atualmente o conceito de infância e como tem sido efetivada a garantia da criança como um sujeito de direitos? Tal interrogativa é justificada através da afirmativa que por muito tempo a criança foi tida como uma miniatura sem qualquer direito próprio à suas peculiaridades, porém, vários documentos nacionais entraram em vigor e a realidade muda, mas, infelizmente ela ainda se difere muito do que deveria ser tido como infância, alguns casos por excessos de recursos, outros for escassez deles e no ambiente escolar atualmente tem se buscado cada vez mais cedo favorecer a alfabetização/letramento em detrimento do brincar, sendo esta vista como uma negação a um direito constitucional da criança. Partindo dessa premissa, tem-se na construção deste estudo bibliográfico como principal objetivo compreender como se deu a constituição dos direitos da criança ao longo dos anos e como estes direitos são vistos atualmente, estabelecendo assim um comparativo das crianças de outrora com as da atualidade, onde grande parte delas possuem agendas cheias que não lhes sobram tempo para ser crianças, para fazerem o que é típico da sua idade, o brincar. Por longos anos as crianças eram vistas apenas como adultos em miniaturas e não eram reconhecidos seus direitos no que tange à infância, direitos relacionados ao brincar, ao estudar, ao educar, ao ser cuidado, dentre outros. Porém, a partir da década de 80 essa realidade começou a ser modificada com a vigência de legislações que lhes asseguram esses direitos, como exemplo a Constituição Federal de 1988, onde no Artigo 227 ela monta através da atuação da família, da sociedade e do Estado uma rede de proteção à criança e ao adolescente, no referido artigo fica evidenciado que a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao jovem, ao adolescente e à criança no âmbito de absoluta prioridade o direitos relacionados à vida, à saúde, alimentação, lazer, educação, respeito, liberdade, dentre outros e ainda é citado que eles devem ser colocados “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Nessa linha, ressaltamos ainda outros importantes marcos históricos, como exemplo a partir de 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) bem como alguns Planos Nacionais que prevêem a proteção da criança contra o trabalho infantil, a violência sexual e fomentam a garantia e proteção dos direitos da criança. Entretanto, embora o direito ao lazer esteja garantido na Constituição Federal, percebemos que no dia a dia grande parte das crianças têm muitas obrigações que as dificultam esse direito, cabe ressaltar ainda a educação infantil, período compreendido pela primeira infância onde cada vez é mais cobrado das crianças atividades e responsabilidades não coerentes com a sua idade, que as deixam exaustas e comprometem um tempo que é próprio do brincar.

**Palavras-chave:** Infância, Direitos, Educação Infantil.

**REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Constituição** (**1988**). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.